

operada pelo fascismo é deslocado em boa medida para o terreno da crítica da ideologia, com o objetivo de fornecer argumentos de agitação e propaganda para aqueles que trabalham para o Partido. A análise do fascismo, tal como realizada por Pachukanis, é precisa, rica de conteúdo empírico; ao contrário, ela perde todo o caráter essencial nas reflexões de outros teóricos da Terceira Internacional.¹³

O mais importante filósofo marxista do direito revela, também em sua análise do mais nocivo fenômeno do capitalismo de seu tempo, o fascismo, o rigor científico e a genialidade de sua reflexão.

I

O quarto aniversário da tomada do poder pelos fascistas na Itália coincidiu com novos choques convulsivos do regime. O agravamento do terror oficial e extraoficial, a introdução da pena de morte, o total estrangulamento de toda a oposição no país, a perseguição exclusiva ao movimento operário e ao partido comunista e, junto a isso, uma perigosa brincadeira com fogo na política externa: tudo isso faz da Itália fascista um dos maiores pontos de ameaça ao sistema europeu de Estados, a partir do ponto de vista capitalista de estabilização. O mais interessante é se debruçar novamente sobre a questão do que representa uma ditadura fascista e qual é o seu conteúdo social objetivo.

É preciso dizer que, nessa avaliação, existia certa obscuridade e uma apresentação incompleta, em especial num primeiro momento, quando o fascismo tinha acabado de surgir na arena política.

A essência do fascismo é, com frequência, determinada incorretamente, em parte devido à complexidade das condições políticas sob as quais ele nasceu na Itália, em parte devido à confusão de pontos de vista de alguns observadores. O fascismo foi representado como movimento terrorista dirigido por proprietários de terras, ou como um ataque da juventude facilmente instigada por ex-oficiais, ou como um lampejo de desespero de elementos pequeno-burgueses assolados pela guerra, e assim por diante. Cada observador destacou apenas um lado do movimento e o considerou como sendo o principal.¹

* Relatório lido na Academia Comunista em 20 de novembro de 1926. Publicado em E. B. Pachukanis, "К характеристике фашистской диктатуры" [Sobre a caracterização da ditadura fascista], em Вестник Коммунистической академии [Boletim da Academia Comunista], n. 19, 1927, p. 62-91. (N. E.)

¹ L. V., "Фашизм, его история и значение" [Fascismo, sua história e significado], (trad. do inglês, M. Rab., 1925), p. 25.

¹³ Elmar Altvater, "O capitalismo se organiza: o debate marxista desde a Guerra Mundial até a crise de 1929", em Eric J. Hobsbawm, *História do marxismo*, v. 8 (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987), p. 67-9.

Entretanto, justamente os traços que, antes de tudo, saltam aos olhos, a saber, os traços pequeno-burgueses, a demagogia antiplutocrática, assim como os discursos em defesa dos grandes proprietários de terra, tudo isso, como se verificou posteriormente, não determina de modo algum o ponto decisivo e fundamental do fascismo. Agora está claro a todos os observadores que a ditadura de Mussolini não é uma ditadura da pequena burguesia nem de grandes proprietários de terra, mas uma ditadura dos grandes industriais e do capital financeiro. Isso confirma de modo bastante claro toda a política econômica do governo fascista. O fascismo, e isso é muito característico, não toma para si a representação e a defesa das utopias reacionárias da pequena burguesia, dos pequenos proprietários – lojistas, artesãos etc. Em sua política, esse ponto não desempenha quase nenhum papel. Entretanto, nas correntes reacionárias do fim do século XIX, digamos, no socialismo cristão austríaco ou no antisemitismo, justamente essa exploração da ilusão dos pequenos proprietários se tornou a base, como se isso pudesse de algum modo lhes dar os meios para se defender da concorrência capitalista.

Dessa maneira, na orientação de sua política, o Estado fascista é o mesmo Estado do grande capital, como são a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, e, nesse sentido, Mussolini cumpre a mesma tarefa que estão cumprindo [Raymond] Poincaré, [Stanley] Baldwin e [Calvin] Coolidge. Mas, bem entendido, dizer que a ditadura do fascismo é a ditadura do capital significa dizer muito pouco. É preciso dar uma resposta à pergunta: por que a ditadura do capital se efetua precisamente dessa forma? Não se pode esquecer do pensamento de Hegel sobre a forma ser um ponto essencial do conteúdo. Por isso, temos a obrigação de averiguar o que essa forma particular gerou de novidade, o que ofereceu de novidade, quais suas possibilidades específicas e suas contradições específicas.

Na avaliação do fascismo, em especial no campo burguês, temos duas orientações. Uma orientação vê no fascismo, principal e exclusivamente, um meio para a salvação contra o bolchevismo, contra a revolução comunista. Esse campo, por sua vez, tem uma gama inteira de matizes, que vai desde a admiração ilimitada pelo fascismo até a posição que poderíamos formular assim: “O fascismo é o mal menor, o fascismo, de todo modo, é melhor que o bolchevismo”. Finalmente, a ala da extrema esquerda, se podemos assim dizer, tornou-se cética, na pessoa do ex-premiê da Itália, hoje um exilado político, [Francesco Saverio] Nitti, que recentemente publicou o livro *Bolchevismo e fascismo*. Ele está disposto até mesmo a admitir que o bolchevismo é melhor do que o fascismo, porque o primeiro tem algum tipo de ideia, e o fascismo não tem nenhuma. Mas Nitti vê também que o fascismo e o bolchevismo, como fenômenos, são correspondentes em sua gênese. Ambos, pois, derivam das circunstâncias adversas temporárias da guerra, que estimulou o hábito da violência, a tentativa de assegurar para si uma vida fácil etc. Em seu ponto de

vista, tanto o fascismo quanto o bolchevismo são enfermidades temporárias, que devem desaparecer progressivamente.

Finalmente, outro campo – dos teóricos burgueses – quer ver no fascismo não algum tipo de fenômeno transitório, não apenas algo relativo, que pode ser tomado em comparação ao bolchevismo ou negado junto a ele, mas, pelo contrário, uma filosofia do Estado, um novo tipo de Estado, ao qual está assegurado o mais amplo e longo futuro.

Alguns pesquisadores do fascismo, na tentativa de aprofundar filosoficamente a questão, chegam a considerar o fascismo uma nova era, a qual substituiu a era do Estado liberal que, a seu tempo, substituíra o absolutismo. É preciso dizer que, com essa tentativa, engrandecem o fascismo, aprofundam-no filosoficamente, atribuem-lhe um sentido de “época” ou, em todo caso, um grande sentido histórico, sobretudo ao se referir aos centelhas negras alemães. Contudo, não ficam atrás tanto os clérigos e os monarquistas franceses quanto os búlgaros, do tipo, por exemplo, do acadêmico do direito estatal, conde de Brie, o qual publicou recentemente um livro com prefácio de Mussolini. Nesse livro, a genealogia das ideias fascistas é tomada de Tomás de Aquino, passando por [Joseph-Marie] de Maistre e outros ideólogos da restauração, até os críticos do parlamentarismo, como [León] Duguit e [Moisei] Ostrogóski. Esse público é atraído sobretudo pela combinação do bonapartismo com o legitimismo. As monarquias germânicas e austríacas, evidentemente, são afeitas em particular a essa atualização da ideia monarquista, supostamente efetuada por Mussolini, e ambicionam com fervor que essa atualização chegue à Alemanha e à Áustria. Graças a isso, estão prontos até a perdoar Mussolini pelos agravos que impingiu aos alemães no sul de Tirol². É característico que o discurso de Mussolini tenha sido publicado em língua alemã³; além disso, na publicação, um certo Marx H. Meyer, em seu prefácio, afirma que seria absolutamente redundante oferecer ao povo alemão a tradução dos discursos de uns Poincaré, [Woodrow] Wilson e [David] Lloyd George quaisquer, mas Mussolini, embora tenha sido o arauto da guerra contra a Alemanha, merece que seus discursos sejam traduzidos para a língua alemã, pois ele ensinou aos italianos a pensar nacionalmente e nada o impediria de ensinar também aos alemães.

Não se pode, porém, dizer que todas essas tentativas de cobrir a ditadura fascista com o manto filosófico foram especialmente bem-sucedidas. Na verdade, a ideologia fascista se caracteriza pelos seguintes traços não filosóficos: primitivismo, uma variedade de apropriações – daí o caráter de mosaico – e, finalmente, a contradição. Essa contradição é bastante compreensível, já que o fascismo apresentou, desde o momento de seu surgimento até a tomada do poder, uma evolução substancial.

² Ver J. W. Mannhardt, *Der Faschismus* (Munique, 1925).

³ Benito Mussolini, *Reden* (org. Max Hermann Meyer, Leipzig, K.F. Koehler, 1925).

É preciso dizer que o próprio Mussolini preferiu falar das doutrinas, dos princípios e dos programas em um tom de alto desprezo. “O programa está do lado da vida. Todos podem se sentar atrás de uma mesa e resolver todos os problemas do conhecimento humano e todos os problemas do universo. Contudo, a questão é quais problemas colocados e quais soluções propostas podem dar um resultado prático, ou, pelo menos, a possibilidade de passar à sua implementação prática.” A acentuação da praticidade e do dinamismo, o desprezo pelas doutrinas e pelos princípios é uma linha que perpassa todos os pronunciamentos de Mussolini. Já quando Mussolini sente a necessidade de oferecer alguma fórmula de caráter geral, ele prefere seguir um caminho negativo, definindo o fascismo como “a negação de qualquer doutrina socialista e democrática”. Em seu discurso após o atentado contra Gibson (abril de 1926), Mussolini declara, mais uma vez, que “o fascismo se imbuí do espírito destinado a superar e eliminar os princípios imortais do ano de 1789”. Mas será que o fascismo oferece alguma concepção nova? Note que a superação e a eliminação dos princípios do ano de 1789, ou seja, os princípios da Revolução Francesa, ocuparam todos os reacionários, começando por De Maistre e [Karl Ludwig von] Haller, entre outros ideólogos da restauração, de modo que a bagagem ideológica do fascismo é, antes de tudo, muito pouco original. Lugar de destaque na ideologia fascista ocupam o poder forte, a disciplina e a ordem. Até a bastante empírica “ordem nas ruas”: “Limpeza e ordem nas ruas — será que isso não é um programa?” — exclama um dos líderes do fascismo. Ocorre que teve influência sobre Mussolini, entre outros, o famoso sociólogo Vilfredo Pareto; dele e dos sindicalistas, Mussolini tomou a ideia de aristocracia, de uma “minoría eleita” (élite). Entre outros, o primeiro-ministro da Educação do ministério fascista, professor [Giovanni] Gentile, tendo tomado a sério a tarefa de “seleção aristocrática”, introduziu em todas as escolas demandas para aprovação e exames tão difíceis que o resultado foi um enorme número de escolares italianos retidos no segundo ano. Isso despertou, evidentemente, grande insatisfação entre os pais, e Mussolini teve de aproveitar a primeira ocasião adequada para demover o zeloso guia da ideia de seleção aristocrática de uma minoria.

O fascismo faz de bom grado a crítica ao parlamentarismo, mas também aqui não há nenhuma palavra nova que lhe pertença. Sua crítica se destaca apenas por tomar argumentos da direita e da esquerda — tanto de reacionários quanto de sindicalistas. Por fim, incondicionalmente, o lugar central na ideologia do fascismo é ocupado pelo chauvinismo levado ao extremo. E, nesse caso, o fascismo não fulgura com nenhuma originalidade. Pode-se notar, somente, que no fascismo — e isso o distingue um tanto das outras tendências reacionário-nacionais — a tendência antissemita desempenha um papel subordinado, embora deva-se dizer que a

Itália, que em geral não conhecia o antissemitismo, trava conhecimento dele ao mesmo tempo em que se dá o surgimento do movimento fascista, pois parte dos fascistas se dedicou, entre outras coisas, também à propagação das ideias judeofóbicas. Imbuída do chauvinismo e do nacionalismo, a filosofia imperialista da luta se desenvolveu muito tempo antes da entrada em cena do fascismo. Na Itália, a pregação dessa filosofia ficou a cargo dos nacionalistas encabeçados por [Enrico] Corradini, entre outros.

Vemos, dessa maneira, que, no terreno puramente ideológico, o fascismo não deu nada de novo, de original e de acabado. Ele simplesmente usa, para seus próprios fins, diferentes elementos de uma doutrina que, por sua vez, se revelou um produto da decomposição da ideologia democrático-burguesa, a qual, outrossa, havia sido coerente.

No entanto, como dito, os próprios fascistas não dão muita importância às doutrinas e aos programas. Convém, portanto, sair de sua teoria e passar à prática. Aqui, encontramos, antes de mais nada, uma exploração notavelmente habilidosa dos sentimentos nacionalistas e chauvinistas. O fascismo logrou levá-los ao mais alto grau de ebulição, até a exaltação histórica. A tarefa do fascismo foi, até certo ponto, facilitada pelo fato de que foi capaz de explorar um estoque das ideias e dos sentimentos de libertação nacional que, na Itália, conservara-se mais que em qualquer outro país. Foi fácil para o fascismo associar sua agitação aos nomes de [Giuseppe] Garibaldi e [Giuseppe] Mazzini e, num primeiro momento, encobrir a essência reacionária do nacionalismo com frases revolucionárias, republicanas e até “socialistas”. No que se refere a isso, é interessante a evolução ideológica de Mussolini. No momento em que era um revolucionário radical e tinha lugar na ala esquerda do Partido Socialista Italiano, tratou de combinar o revolucionismo ao sonho de unir Trieste e Trentino à Itália. Mais tarde, no exílio, escreveu uma série de artigos (depois impressos em uma coletânea sob o título *Il Trentino*) e ali traçou a ideia de irredentismo. Os primeiros pronunciamentos de Mussolini como social-patriota no início da guerra — quando girou bruscamente de curso e foi excluído do partido socialista depois de pregar a participação ativa da Itália na guerra — estavam imbuídos do mesmo espírito do irredentismo revolucionário. Mussolini, em todas as suas aparições, destacou que a covarde burguesia italiana não queria a guerra, que a burguesia italiana, que havia supostamente aplaudido a conquista de Trípoli, não queria então guerrear contra a monarquia reacionária das Casas de Habsburgo e Hohenzollern. Resumindo, o imperialismo bélico soube muito bem mascarar essas declarações antigovernamentais e antiburguesas (isso, claro, não impedia Mussolini de publicar seu jornal com os meios da Entente). Além disso, o fato de Mussolini, de todos os renegados e ex-socialistas, representar a figura mais belicosa causa inveja nos centelhas negras internacionais e, em particular, nos alemães. Admirra-os a arte com que Mussolini adaptou a

⁴ Discurso de janeiro de 1923.

fraseologia revolucionária ofensiva às necessidades do chauvinismo reacionário. É característico que Mannhardt, qual citei anteriormente, acredite que a social-democracia alemã não poderia apresentar uma figura assim. Para os monarquistas alemães, a traição dos sociais-democratas à classe trabalhadora não é suficiente. Não estão contentes com [Friedrich] Ebert e Scheidemann, eles sonham com o Mussolini alemão.

O representante mais característico do nacionalismo da Itália, supostamente um revolucionário, e em todo caso, combinado com diversos matizes, é o conhecido poeta [Gabriele] d'Annunzio, o qual, em sua agitação, sem dúvida ajudou muito o fascismo e, em certo grau, abriu caminho para Mussolini. Todos os discursos de d'Annunzio, em particular sua campanha de Fiume e a célebre Constituição ali dada, estão imbuídos do espírito tanto do revolucionarismo quanto do chauvinismo. Na verdade, basta lançar um olhar a essa célebre Constituição da província de Carnaro, composta por D'Annunzio. Ali, encontramos direito ao trabalho, igualdade plena, estabelecimento de salário mínimo e a promulgação do princípio de que a propriedade privada tem uma função social; em resumo, todas as mais recentes conquistas da democracia e do socialismo jurídico, se é possível expressá-los assim.

Logo a seguir, vemos a introdução da estrutura de guildas ou corporativa. Toda a população se dividia por tipo de produção em dez guildas. Essas guildas contam com um amplo autogoverno e representam a base da organização política. Além disso, é curioso que a última guilda, a décima, é destinada às pessoas que não provêm de nenhuma profissão e devem, segundo o pensamento de D'Annunzio, representar a própria "força mística do progresso e da vanguarda", constituindo os "gênios anônimos e as pessoas futuras" (!).

É preciso dizer que Mussolini é uma pessoa de tempera bem diferente da do poeta D'Annunzio. Mussolini usou muito bem a aventura da Fiume e a emoção que então se levantou, mas não tomou parte dela, pois calculava seu inevitável fracasso. Aproveitou plenamente a conquista da Fiume para inflamar o chauvinismo, sem se colocar em uma empreitada arriscada e romântica. Isso basta para caracterizá-lo.

O nacionalismo na Itália se valeu amplamente, para sua agitação, do fato de que a Itália, como grande potência de segunda categoria, experimentava certo menosprezo em sua autoestima — não se considerava seriamente a Itália na Conferência de Versalhes, a Itália não obteve Fiume e foi eludida na divisão das colônias. Ao mesmo tempo, o apóstolo do pacifismo burguês, Wilson, investiu de modo brusco justamente contra o governo italiano, acusando-o de aspirações à invasão e de relutância em considerar os princípios da autodeterminação dos povos. Isso criou um solo favorável para a agitação fascista. Os fascistas acusavam os partidários do pacifismo democrático, do tipo de Nitri, de serem, na essência, agentes do capital

estrangeiro. "O democratismo" — declara ironicamente um dos publicistas fascistas, editor do *Impero* — "é o luxo a que se podem dar apenas os arquirriscos do país. Na França, a bagagem das ideias democráticas serve apenas de ornamento; na prática, um quilômetro quadrado de açúcar vale mais do que a sagrada democracia" [...] "Os italianos" — prossegue ele em seu raciocínio — "enxotam a democracia que não quis a guerra, que a conduziu mal e que não soube colher o fruto da vitória". Além disso, o fascismo alemão também usou de maneira extensa, em sua agitação na Alemanha contra os sociais-democratas alemães, contra os partidos burgueses democratas e de centro, justamente o fato de que a política de subordinação à paz de Versalhes, a política de implementação do Tratado de Versalhes, constitui uma traição ao povo alemão.

Contudo, em 1919, na Itália, para a agitação nacionalista, as condições estavam pouco favoráveis: a situação econômica depois da guerra era tão difícil, a exasperação das massas e o "cansaço da guerra" eram tão grandes, que o governo italiano tinha dúvidas até mesmo se comemoraria sua vitória como devia. A célebre cerimônia do "sepultamento do soldado anônimo", que, como dizem, foi proposta primeiramente na Itália, foi feita antes em Londres e em Paris; na Itália, teve de ser adiada, e, apenas depois de dissipado o movimento operário, o governo italiano decidiu organizar essa cerimônia. Em resumo, em 1919, quando Mussolini empreendeu a organização de seus "*fasci di combattimento*" (sindicato de soldados do *front*), o fascismo não tinha uma resposta completa, não só das massas, como tampouco dos círculos mais estreitos. Ao redor de Mussolini, agrupavam-se poucos milhares, principalmente jovens da pequena burguesia, em grande parte ex-soldados do *front*. Mas o trabalho que fez com eles permitiu-lhe formar uma célula fascista, bem organizada à maneira da guerra, que, em seguida, na primeira oportunidade de virada dos acontecimentos, imediatamente começou a acumular seguidores. E essas condições favoráveis chegaram tão logo uma mudança no desenvolvimento do movimento proletário ocorreu, quando a incompletude e a indecisão do partido socialista, além da falta de uma liderança revolucionária, levaram à derrota desse movimento.

Antes de entrar nesse ponto, é preciso dizer algumas palavras em relação à formação das primeiras organizações fascistas. Foram, como ora mencionado, os representantes por excelência de camadas da pequena burguesia⁵. Mas essa não era a pequena burguesia do período do desenvolvimento capitalista inicial. Eram, em sua maioria, representantes da camada que cresceu na última década do desenvolvimento capitalista — intelectualidade técnica e servidores. Consequentemente, essa não é a pequena burguesia que vemos nas revoluções do fim do século XVIII e primeira metade do XIX, ou seja, artesãos, lojistas etc. Aqui, temos diante de

⁵ Muran, "Pourquoi le fascisme italien est antidémocratique", *Nouvelle Revue*, 15 de julho de 1926.

⁶ *Ibidem*, p. 186.

nós outra camada, cuja posição social está ligada ao desenvolvimento técnico e ao progresso capitalista, estando mais apta a desempenhar um papel servil em relação ao grande capital. Esse é seu traço característico. A vanguarda dessa camada é a juventude acadêmica. É conhecido que, na Alemanha, a enorme maioria dos estudantes encontra-se sob influência das organizações da mais extrema direita; é característico que, entre os sacrificados do golpe de Hitler, aos quais ele dedica seu livro⁷, de uma dúzia e meia de nomes, encontram-se dois ou três comerciantes, um rentista, dois operários e mais estudantes e servidores, incluindo engenheiros. É característico também que Mussolini, na construção de sua organização, tenha destacado, desde o início, a necessidade de criação do assim chamado "*gruppo di competenza*", ou seja, células que uniriam pessoas com um conhecimento técnico específico. Em geral, essa ênfase na conexão do fascismo com a intelectualidade técnica perpassa os discursos de Mussolini. A esse respeito, não lhe importaria sequer apresentar o caso como se tivesse conseguido, desde o princípio, evitar algum erro que, supostamente, teria sido cometido pelos bolcheviques e que eles, consequentemente, admitiram-no. Em um de seus primeiros discursos perante a Câmara, quando dirigiu-se aos socialistas italianos, ele repreendeu a incompreensão da importância dos especialistas, referindo-se à experiência russa (!) que, supostamente, mostrou que "não se pode colocar à frente do exército um cozinheiro de regimento qualquer, porque, de todo modo, terá de voltar a [Alekséi] Brussílov".

Retornando à questão das raízes do fascismo entre a intelectualidade e, em especial, a juventude estudantil, é preciso ter em vista as condições específicas do período do pós-guerra. Esse ponto fica bastante claro no trabalho de R. Michels, um iniciado do fascismo italiano. Michels⁸ destaca que, no momento do término da guerra na Itália, criou-se uma situação, observada também em outros países, a saber, que o proletariado, graças à sua organizatividade, massificação e capacidade de exercer pressão política sobre o governo, defendeu melhor suas demandas econômicas que a intelectualidade média, os servidores. Michels cita dados dos quais se pode depreender que o aumento aos funcionários das estradas de ferro foi de 100% no caso dos altos servidores e de 900% no caso dos baixos. A juventude acadêmica se encontrou numa difícil situação. Voltou do *front* esperando ser recebida de braços abertos, mas, em vez do reconhecimento pelos serviços à pátria, recebeu reprovação nos exames do presente, insegurança econômica quanto ao futuro, uma extraordinária crise de moradia, que chega a impedir que o estudante more na cidade universitária, total incapacidade de ingressar no serviço público, concorrência com o trabalho feminino etc. Não foi melhor a situação dos professores. O mesmo Michels cita as cifras que evidenciam que, se antes da guerra cada docente

podia contar com 250 ouvintes, agora conta apenas com 30, o que significa, evidentemente, uma redução conveniente do honorário. Dessa maneira, detectou-se um aumento brusco na produção de profissionais da intelectualidade, dos quais a Itália sempre careceu. Em 1919-1920, chegou-se a tal ponto que o Conselho Geral da Emigração enviou uma circular a todos os cônsules italianos sugerindo uma pesquisa sobre a possibilidade de fazer emigrar e colocar à disposição, no exterior, acadêmicos e docentes italianos. Conduzir determinada parte da intelectualidade pequeno-burguesa contra o proletariado socialista tornou-se fácil à medida que, aos motivos ideológicos ("patriotismo", luta contra a "tradição da pátria"), uniu-se o que Michels denominou "luta de classes ao contrário", ou seja, o desejo das camadas médias de retornar à antiga e mais segura posição, a superioridade sobre o proletariado. A exasperação da pequena burguesia e da intelectualidade de centro contra os operários constituiu, ainda, a base por meio da qual o fascismo pôde estabelecer sua primeira célula. No futuro, esse movimento deveria inevitavelmente fechar com a ultrarreação, com os proprietários, com grupos monarquistas e com o capital financeiro, formando com este uma frente única.

A próxima característica do fascismo — e, talvez, a mais marcante — é o uso da organização de massa, além da organização disciplinada, construída à maneira da guerra. Aqui, claro, fala-se da influência da guerra; era completamente natural que os antigos combatentes do *front*, na maioria dos casos ex-oficiais, ao se unir para ações políticas conjuntas, devessem assumir a forma da organização militar que lhes era familiar.

Além do mais, sem dúvida, Mussolini aprendeu com a nossa revolução e com a experiência de nosso partido bolchevique. Isso é absolutamente indiscutível. Dos discursos de Mussolini depreende-se que ele segue com bastante atenção tudo o que acontece entre nós e tratou em todos os sentidos de usá-lo a seu favor.

A organização fascista abarca não apenas a população masculina adulta. Presta atenção também nas mulheres e nas novas gerações. De acordo com as últimas informações oficiais, publicadas pelo *bureau* fascista no outono de 1926, pelo quarto aniversário da campanha de Roma, o número de *fasci*, ou uniões, consistia em 9.472, com 938 mil membros; além disso, havia 1.185 *fasci* de mulheres, com 53 mil membros; 4.390 *fasci* de vanguarda (organizações da juventude), com 211 mil membros; e, finalmente, 4.850 organizações infantis (*batilla*), com 269 mil membros.

O ponto característico consiste no fato de que a organização fascista, desde o início, se orienta na luta pelo poder, e ademais na luta por todos os meios, incluindo aqueles que violam diretamente a legalidade existente. É essa atitude direta em relação à tomada do poder de Estado que diferencia nitidamente o movimento fascista das organizações políticas de tipo parlamentar.

E, aqui, Mussolini adota a experiência do bolchevismo. A propósito, em um de seus poucos artigos teóricos, ele mesmo traça um paralelo entre "as experiências

⁷ Adolf Hitler, *Mein Kampf*, v. 1: *Eine Abrechnung* (Munique, Franz Eher, 1926).

⁸ R. Michels, "Der Aufstieg des Faschismus in Italien", em *Archiv für Sozialwissenschaft*, v. 52, 1925.

bolcheviques e fascistas”, em que, supostamente, ambas provariam que “é possível governar o Estado além da doutrina liberal, fora dela e até contra ela”. Em resumo, a questão do papel do partido, suas tarefas, a relação do partido com o Estado por um aspecto formal é muito, muito semelhante à colocação dada pelo bolchevismo. Mais adiante, voltaremos a esse paralelo. Por enquanto, é suficiente para nós estabelecer que o regime fascista é um regime de ditadura partidária e, no que se refere a isso, diferencia-se da ditadura puramente militar, de tipo bonapartista, que se apoia em um exército. No uso da organização política de massas está a fonte da força e a fonte da fraqueza de Mussolini. Fonte de força, porque Mussolini tem aqui um ponto de apoio, tem à disposição uma força política na qual se apoiar quando é preciso lutar contra outras forças. Na Itália, tem a monarquia, tem a Igreja católica, tem o Exército, tem o grande capital, que, embora esteja agora entrando em acordo com o fascismo, relaciona-se com ele com uma determinada porção de desconfiança. Mussolini tem a seu dispor uma organização política de massas, a qual, incluindo as camadas pequeno-burguesas e até proletárias, pode balançar. Mas, para tê-la a seu dispor, deve fazer-lhe determinadas concessões demagógicas. Em essência, deve prejudicar a possibilidade de estabelecimento de uma ordem burguesa duradoura, deve continuar e aprofundar a luta entre os fascistas e os elementos antifascistas da burguesia. Não pode deixar de fomentar essa luta. Ele fica na posição de uma pessoa que despertou os espíritos e não pode lidar com eles. Essa foi, entre outras, a imagem usada pelo próprio Mussolini em seu discurso ao Senado após o assassinato de Matteotti.

II

Para explicar um fato histórico concreto – a chegada dos fascistas ao poder, precisamente na Itália e precisamente em 1922 –, é fundamental recorrer à história dos anos do pós-guerra e, em especial, a época de virada que desempenhou um papel decisivo, ou seja, os anos 1920. Por que o fascismo que, em 1919, era um grupelho absolutamente insignificante, em 1921 cresce a ponto de se tornar uma força política séria? Isso se pode explicar apenas analisando o desenvolvimento e o fracasso do movimento operário revolucionário na Itália nesse período.

A Itália, em 1920, estava muito mais próxima de seu Outubro do que se pode pensar. Ao examinar de maneira detalhada o que aconteceu na Itália em 1920, vemos um quadro que lembra muito a nossa *kerenschina**. Como é conhecido por

todos, em setembro de 1920, teve início, no norte da Itália, uma grandiosa greve de trabalhadores metalúrgicos que resultou na tomada das fábricas pelos operários e, logo em seguida, desenvolveu-se em um tipo de acontecimento ao qual não se pode dar outro nome exceto limiar de guerra civil, pois os operários não apenas tomaram as fábricas em suas mãos, mas eles se armaram, formaram destacamentos organizados, converteram a fábrica em fortaleza e, de fato, tomaram o poder, pelo menos em algumas áreas. Mas esse movimento não caracteriza apenas uma luta intensa na Itália; é preciso acrescentar aqui, ainda, o que aconteceu nas comunas rurais, ou seja, o movimento revolucionário que abarcou tanto os trabalhadores rurais quanto os pequenos arrendatários e o campesinato. Finalmente, é preciso acrescentar, ainda, o fato de que uma série de municipalidades foi ocupada por socialistas: Bolonha, Florença, Mântua, Milão, Ferrara – todos esses grandes centros do Norte da Itália, naquele momento, estavam nas mãos dos socialistas. Essa circunstância – que, por si só, não é nova, pois tivemos municipalidades socialistas antes – adquiriu, num dado momento, um caráter absolutamente particular. Trata-se do fato de que essas municipalidades realmente estabeleceram, ou tentaram estabelecer, uma ditadura sobre uma determinada cidade, uma determinada região: tinham a seu dispor destacamentos armados, faziam requisições, distribuía alimentos, controlavam a circulação de automóveis e nas estradas de ferro. Em alguns lugares, a situação lembrava muito, muito, aquela nossa em 1917, quando, em algumas cidades que ainda estavam sob Kierénski, os soviets dispunham da quase completude do poder em, digamos, Tsarítsin* e Kronstadt.

Um dos historiadores italianos, [Luigi] Villari, em seu livro *O despertar da Itália*, descreve com bastantes detalhes todas essas “terríveis ditaduras socialistas e comunistas”, que procedem à requisição de estoques e de meios de transporte, ao estabelecimento de preços máximos e de normas de abastecimento de classe, à criação de destacamentos armados etc. Gênova, por exemplo, um dos principais portos da Itália, caiu nas mãos da União dos Marinheiros e Trabalhadores das Docas, e todo o trabalho produtivo do porto – e, conseqüentemente, todo o comércio marinho da Itália – ficou sob controle das organizações operárias; nenhum barco a vapor poderia zarpar do porto sem seu conhecimento e sua autorização. Em particular, a União dos Marinheiros deteve o barco a vapor carregando armas que se dirigia contra a Rússia Soviética. A situação geral da coisa é caracterizada de maneira muito vívida por um dito que circulava então na Itália. Em relação à luta que o governo italiano conduziu para obter a Fiume dos aliados, afirmava-se, não sem ingenuidade, que “se a Itália, talvez, obtiver a Fiume, então ela já terá perdido Bolonha”. Está claro que, em tal situação, a burguesia industrial está pronta para fazer um acordo com qualquer um que lhe convenha, apenas para estabelecer a “ordem”. O governo foi

* Hojic Volgogrado. (N. T.)

* Termo originado no período da Revolução Russa de 1917, relativo à política levada a cabo por Aleksandr Kierénski à frente do governo provisório. Passou a ser empregado para fazer referência à política de poder da pequena burguesia revolucionária, que tratou os interesses dos trabalhadores, do proletariado, e encobreu seu acordo com a grande burguesia por meio de frases alitisonantes. (N. T.)

absolutamente impotente em fazê-lo; não podia dispor de sua força militar e não podia enviar essa força militar pelas estradas de ferro, pois qualquer movimentação sempre provocava greves imediatamente. Quando, em 1920, as tropas italianas, ao ocuparem Vlorë, tiveram de aumentar a tensão devido à revolta dos albaneses e pediram o envio de reforços, o governo respondeu que não poderia fazê-lo, pois uma tentativa de enviar tropas despertaria uma greve geral. Os trabalhadores das estradas de ferro tanto atemorizavam o governo que o primeiro-ministro Nitri, tendo de atender à Conferência de San Remo, decidiu não ir pela estrada de ferro e foi para lá secretamente em um barco torpedeiro. O mesmo Nitri emitiu uma ordem recomendando que os oficiais andassem pelas ruas à paisana. O desespero da parte burguesa da sociedade e a firme sede de poder foram postas em bastante relevo pelo conhecido historiador [Guglielmo] Ferrero, que exclamou, em um dos seus artigos: “Nós temos rei, Parlamento, administração, general, almirante, funcionários, prefeitos, júris, agentes; temos Exército, gendarme e guarda; temos leis que impõem sanções tão rigorosas aos delitos que, em outros tempos, assustariam qualquer um; temos um tesouro com milhões — e, dispondo de todos esses recursos, será que não encontraremos, no momento de maior perigo, as poucas pessoas capazes de estabelecer um governo com o poder de obrigar a obedecer duas ordens: não se deve matar, não se deve roubar!”⁹. A burguesia, mesmo a mais liberal, está pronta para fechar um acordo com qualquer um que lhe convenha, com qualquer *condottiero**, bastando que seja capaz de salvar sua sagrada propriedade. O fascismo entra em cena no papel desse salvador. É preciso dizer que, no momento da tomada das fábricas pelos operários, os fascistas ainda não se opunham ativamente contra os operários; pelo contrário, naquele momento, Mussolini até expressou algo como uma simpatia por esse movimento¹⁰.

Precisamente naquele momento, sua reflexão era que o mais importante seria o aumento da produção e que, se os sindicatos o garantissem, ele, Mussolini, não tardaria em aceitar que tivessem o direito de ocupar o lugar dos empresários. Na prática, os fascistas mantinham-se neutros. Contudo, as massas pequeno-burguesas do fascismo estavam, evidentemente, alinhadas contra os operários e prontas para iniciar uma luta contra eles. A arena das lutas era, antes de mais nada, as municipalidades socialistas. Os fascistas dirigiram seus golpes tanto contra as municipalidades socialistas quanto contra as organizações operárias que as apoiavam. Isso ocasionou um aumento imediato da afluência de fundos aos caixas das

organizações fascistas. A burguesia viu nos fascistas não apenas os salvadores da iminente revolução, mas também as pessoas em que podiam se apoiar nas lutas pugnantemente locais contra as municipalidades socialistas que atentavam contra o direito sagrado à propriedade. O fato é que os socialistas, ao obterem a maioria, introduziram uma carga pesada de capital, organizaram obras públicas, prestaram auxílio aos desempregados e assim por diante. A história característica se desenrolou em Milão, onde, no centro da luta, estava o banco municipal, que deveria passar para as mãos da maioria socialista do Conselho Municipal. Temendo que os recursos do banco fossem utilizados para apoiar as cooperativas socialistas e outras organizações operárias, a burguesia subiu o tom e pediu ajuda aos fascistas, que tomaram o Palácio Marino (a Câmara Municipal). A intervenção dos fascistas deu ao governo o pretexto para dissolver o conselho da municipalidade, e, dessa maneira, o banco foi “salvo”. Por meio de verdadeiras ações de guerra, os fascistas conseguiram derrotar as “municipalidades vermelhas” na primavera de 1921. Ao tomar a cidade e ao desenvolver ainda mais seus êxitos, graças à sua organização e ao fato de que o lado oposto não estava suficientemente organizado e não podia se contrapor a uma resistência *militar* tão decidida, os fascistas logo estenderam suas expedições punitivas ao meio rural, atuando como defensores dos latifundiários. Mussolini, com isso, usou a contradição existente entre os trabalhadores agropecuários, de um lado, e os arrendatários e os camponeses médios, de outro. Essa tática foi facilitada pelo fato de que o Partido Socialista Italiano não foi capaz de compreender o estado de ânimo dos pequenos proprietários camponeses, um estado de ânimo que capturou parte dos trabalhadores agropecuários. Utilizando-se desses estados de ânimo, os fascistas souberam produzir uma divisão entre a parte consciente dos lavradores socialistas e o restante da massa e, com a ajuda dos filhos dos proprietários, de fazendeiros e do grande camponato, organizaram batalhões que começaram a atacar os sindicatos vermelhos. Dessa maneira, estabeleceu-se um laço estreito entre os fascistas, por um lado, e o grande capital e os latifundiários, de outro¹¹. Iniciam-se o fluxo de recursos, o fornecimento de armas e meios de transporte (caminhões). O fascismo, de repente, torna-se uma força enorme. Se, em maio de

¹¹ Sobre a base social do fascismo nos meios rurais, ver artigo de [Egídio] Gennari na *Internacional Comunista*, n. 9, 1925. Entre outras coisas, ao tocar no nervo da propriedade do camponato, os fascistas nada fizeram de real no sentido de doação de terras aos camponeses. O pesquisador alemão Mannhardt chega à conclusão de que os camponeses ficaram satisfeitos com suas promessas, pois Mussolini não pensou em dar início à reforma agrária (Mannhardt, *Der Faschismus* [Berlim, 1925], p. 188). O teórico fascista [Pietro] Gorgolini, ao refletir demasiadamente sobre o prejuízo dos latifúndios e sobre as propriedades dos médios proprietários, chega, no fim das contas, à conclusão de que, para o desenvolvimento desse médio proprietário, bastaria o desejo interior dos trabalhadores de doar suas economias, visando assegurar a propriedade legal da terra (Gorgolini, *Il Fascismo*, tradução francesa, p. 70).

⁹ Guglielmo Ferrero, *Four Years of Fascism* (Londres, P. S. King & Son, 1924), p. 60.

* No original, em italiano transliterado ao russo: mercenário que controlava uma milícia sobre a qual tinha comando ilimitado e estabelecia contratos com qualquer Estado interessado em seus serviços. (N. T.)

¹⁰ Ver Odon Por, *Fascism* (Londres, The Labour Publishing Company, 1923), p. 41.

1920, pelos cálculos dos próprios fascistas, havia 100 grupos e 30 mil membros, em dezembro do mesmo ano contavam-se já 8 mil *fasci* (grupos locais) e 150 mil membros. Nesse momento, os fascistas começam não apenas a investir contra as cooperativas socialistas e transformá-las em *suas próprias cooperativas fascistas*, não apenas investem contra as organizações operárias, mas ainda criam *seus próprios sindicatos nacionais*. É interessante que essa ideia, de cuja base derivou o movimento, advém, no fim das contas, do mesmo acervo do reformismo. Mussolini cita com grande simpatia o reformista francês [Alphonse] Merrheim, que apresentou a ideia de que, no período de devastação do pós-guerra, o operário não tinha de pensar na distribuição, mas devia preocupar-se apenas com o aumento da produção. Disso, por sua vez, conclui que a luta de classes contra os capitalistas era sem sentido e que seria possível conciliar os interesses dos proprietários e dos operários sobre as bases comuns das tarefas nacionais.

Em 1921, o fascismo já começa a se livrar de seu invólucro antiplutocrático e revolucionário. Propõe abertamente o programa de um poder forte e, ao mesmo tempo, liberdade de circulação para o capital. O programa fascista de 1921 coloca ênfase no definhamento do monopólio estatal, na previsão de condições mais favoráveis para a acumulação capitalista: o Estado deve ser reduzido a suas funções essenciais; a atividade dos cidadãos, como produtores, deve estar submetida à competência de conselhos técnicos. Em seu primeiro discurso parlamentar (21 de junho de 1921), Mussolini pronuncia a seguinte apologia ao capitalismo: “Com base na novíssima literatura socialista, a qual não se pode contornar, declaramos que a história real do capitalismo está apenas começando, que capitalismo não é só um sistema de opressão, mas ele representa a seleção dos mais valiosos, a igualdade entre os mais capazes e o sentimento desenvolvido de responsabilidade individual”¹².

É interessante submeter essas palavras à comparação com o programa *dos fascistas publicado em março de 1919*: inclui uma jornada de oito horas de trabalho, lei do salário mínimo, seguridade social, aumento pesado de impostos diretos, confisco dos bens da Igreja, confisco de 85% dos lucros de guerra e pesada taxaçoão sobre o capital.

Imediatamente antes da tomada do poder, Mussolini renuncia a suas crenças republicanas e anticlericais. Dá um passo no sentido da reconciliação com o trono e o altar. É preciso dizer que, ainda em 1921, sua declaração de que o fascismo, em essência, é uma tendência republicana não encontra simpatias nem nas fileiras dos próprios fascistas. Em seu discurso em Udine de 20 de setembro de 1922, Mussolini já fala outra língua: “Devemos ter a coragem de ser monarquistas. Por que éramos republicanos? Porque víamos um monarca que não era monarca o bastante. O monarca representa a continuidade histórica da nação. Uma tarefa

brilhante de importância incomensurável”. Antes da marcha em Roma, os membros do quarteto fascista encarregados de dirigir a operação dão garantias de seu pleno respeito pela Igreja católica.

Ainda relativamente distante do golpe, o fascismo começa a atuar como um Estado dentro do Estado. A organização fascista dita sua vontade ao governo ou simplesmente ocupa lugares nos órgãos estatais. O movimento operário, desorganizado pela traição dos reformistas e pelas meias-táticas dos líderes centristas, entra em declínio. O ponto da virada é o outono de 1920, quando, graças à intervenção dos líderes reformistas da Confederação do Trabalho, foi frustrado o movimento de tomada das fábricas. É muito importante notar que o Partido Comunista se diferenciou como uma organização independente apenas em 1921, ou seja, já depois da fratura do movimento operário. As tentativas de greves defensivas contra o crescimento da influência do fascismo são malsucedidas. A greve geral fracassa. Especialmente malsucedida foi a greve geral de agosto de 1922, que as organizações fascistas, com a ajuda do terror e de fura-greves, romperam num prazo muito curto. Na época dessa paralisação, os fascistas declararam que davam ao governo um prazo de 48 horas e, se no decorrer desse tempo eles não vencessem a greve, então seriam obrigados a atuar de maneira independente, interromper a paralisação com as próprias forças. Foram esses mesmos métodos que os fascistas empregaram na derrota dos órgãos locais de autogestão em Tirol do Sul. Essa atuação precedeu imediatamente a marcha em Roma e foi como um ensaio dela. Ao chegar, agora, ao momento da tomada do poder pelos fascistas, devemos, antes de tudo, constatar que o ponto de ascensão da onda revolucionária já havia passado, a situação revolucionária imediata, que era evidente em 1920, já estava ausente no outono de 1922. Pergunta-se então: se a sociedade burguesa não estava ameaçada por um perigo direto, por que, ainda assim, foi estabelecida uma ditadura fascista?

Os adversários burgueses do fascismo lutam com todas as forças para provar que a tomada do poder pelos fascistas no outono de 1922 não pode ser justificada do ponto de vista da “salvação da Itália do bolchevismo”. Talvez nesse ponto eles estejam certos, pois sem uma ditadura, por meio dos métodos do parlamentarismo, a burguesia da Itália não poderia se sustentar — isso é absolutamente indiscutível. A ditadura foi necessária porque o governo parlamentar foi absolutamente incapaz de conduzir as medidas indispensáveis, necessárias para equilibrar o orçamento, eliminar o déficit, desenvolver a economia, fortalecer o debilitado aparelho de Estado; em resumo, para todas aquelas medidas financeiras e administrativas emergenciais que constituem as condições da estabilização capitalista e para as quais, como vemos em muitos outros países (Alemanha, França, Polônia etc.), os governos dão poderes emergenciais. Uma Câmara na qual não havia maioria determinada, na qual havia uma grande fração dos socialistas, um não menos numeroso partido

¹² Benito Mussolini, *Reden*, cit., p. 96.

pequeno-burguês de católicos, o “populário”*, mais os grupos fragmentados dos liberais, não poderia dar em uma tal combinação em que se pudesse apoiar em todos esses eventos. Os gabinetes parlamentares foram desacreditados, identificaram-se sua completa inutilidade e a incapacidade para levar a cabo qualquer tipo de programa. Por isso, a burguesia requer a ditadura; sobre ditadura fala-se em determinados grupos, e um autor inglês insinuou diretamente que, falando a verdade, Mussolini não seria em absoluto a pessoa destinada a esse posto: estrariam em foco outros candidatos, como D’Annunzio, seguido do general Peppino Garibaldi. Contudo, essas candidaturas caíram porque as pessoas nomeadas declinaram dessa honra, e o fascismo ficou evidente, o ditador ficou evidente e deu passos decididos para a tomada do poder. Por isso foi necessário, como diz o autor inglês supracitado, concordar com o fato de que “o último ato saiu um tanto do roteiro”¹³. A própria marcha de Roma foi uma sólida metáfora.

Embora na proclamação feita nessa ocasião os fascistas tenham escrito que “é preciso, à maneira romana, imprimir todas as forças espirituais e físicas”, na realidade, não havia com que se tensionarem, pois nenhuma oposição séria os esperava: o Partido Socialista não representava nenhuma oposição, e o Partido Comunista era fraco para conduzir a classe operária a uma resistência ativa. No que se refere ao Exército, não se supunha que lutariam contra ela. A marcha de Roma foi organizada em acordo com os líderes dos partidos nacionalistas (representantes dos grandes proprietários e dos bancos), com o rei e com o alto-comando militar. Todos, portanto, tiveram acordo prévio. No que se refere ao Parlamento, esse, claro, também não pôde representar qualquer resistência. Os liberais rapidamente tomaram parte no golpe, com o consolo de que, apesar de Mussolini ter entrado no poder de maneira um tanto quanto não convencional, ele representa a contemporaneidade e, no fim das contas, voltará gradativamente aos métodos constitucionais. Mussolini, na verdade, decidiu, num primeiro momento, não tocar no Parlamento, “deixar esse brinquedo para o povo”, como ele se expressou em um de seus discursos. É verdade que sua relação desdenhosa com a Câmara ele assinalara já em seu primeiro pronunciamento, mas não lhe passava pela cabeça dissolver o Parlamento – de tanto que ele o preocupava. Os poderes emergenciais exigidos por Mussolini foram dados pelo Parlamento de modo inquestionável, depois do que ele foi dissolvido para recesso prolongado¹⁴. A propósito, para a formação do primeiro ministério fascista, Mussolini recrutou representantes de todos os partidos

burgueses. Além disso, deu a garantia de que a Constituição liberal não seria extinta e assegurou liberdade de imprensa. Naquele período, destacou reiteradamente que já que o fascismo se tornara Estado, todas as atuações ilegais das organizações fascistas deveriam ser encerradas e os responsáveis seriam processados. É verdade que, em uma questão, Mussolini não justificou as esperanças daqueles que torciam que a entrada no poder o obrigaria a voltar à normalidade, ou seja, aos métodos de violência de classe mais ou menos mascarados: ele não suprimiu nem dissolveu as milícias fascistas. Isso foi o que mais chocou a todos, inclusive os liberais de direita, mas é claro que, ao dissolver essas forças armadas, ele estaria cometendo um suicídio. Por isso, pôs-se a buscar um compromisso que reduzisse a milícia partidária, ainda que na aparência, a um órgão de Estado, permanecendo na essência uma força à disposição exclusiva do fascismo. O decreto de 23 de janeiro de 1921 tornou a milícia uma instituição pública, ela teve de prestar juramento ao rei, mas estava subordinada ao presidente, ou seja, a Mussolini, e era composta exclusivamente por fascistas.

Tendo recebido nas mãos poder ilimitado e liberto das falções dos parlamentares, Mussolini muito rapidamente aprovou, nos terrenos político e econômico, tudo o que dele podiam esperar os círculos burgueses. Efetivou uma redução severa do aparelho estatal. Mussolini aboliu o Ministério do Trabalho, fundiu o Ministério da Economia com o da Fazenda, suprimiu uma série de postos de ministros aliados. Dissolveu a Guarda Real, uma força armada especialmente criada para fins policiais, na qual os fascistas não confiavam por ter sido criada por seu inimigo Nitti. Reduziu o efetivo inflado das estradas de ferro, eliminou sua escassez, racionalizou o transporte¹⁵, equilibrou o orçamento, restaurou a disciplina em todo o aparelho do Estado. O déficit de orçamento, que chegava em 1922-1923 a 3,29 bilhões de liras, foi reduzido em 1923-1924 a 418 milhões de liras. Simultaneamente, Mussolini efetivou uma série de desnacionalizações: telefonia, radiotelegrafo, expedição de encomendas; aboliu o monopólio do fósforo; aboliu o imposto sobre herança, enquanto introduziu impostos sobre os salários aos médicos proprietários de terra e fazendeiros; eliminou restrições de locação; aboliu a aposentadoria por idade; permitiu a retirada da jornada de oito horas e, em seguida, promoveu o aumento geral de uma hora diária. A derrota do movimento sindical

¹⁵ O colapso no transporte férreo, além de outros dados, é caracterizado pelas cifras de carga roubada e extraviada. Em 1913-1914, a soma total das demandas de todas as ferrovias italianas constituía 15 milhões de liras; em 1919-1920, cresceu para 26,4 milhões de liras; finalmente, constituiu 93,8 milhões de liras (das quais 50 milhões referiam-se a carga roubada). Mesmo que se leve em conta a queda da lira, o quadro resultante é perfeitamente definido. Mussolini introduziu nas estradas de ferro um destacamento especial de fascistas que conduzia a luta contra os roubos pelo método do terror, até o ponto de execução no local. Ver Luigi Villari, *The Awakening of Italy* (Londres, Methuen & Company, 1924), p. 216 e seq.

* Referência ao Partido Italiano Popular. (N. T.)

¹³ Ver James Murphy, “The Parable of Fascism”, em *Fortnightly Review*, Londres.

¹⁴ Em 1924, Mussolini conduziu uma votação para uma nova lei que fixava de antemão dois terços das cadeiras de deputados aos fascistas. Em novembro de 1926, todos os grupos não fascistas foram excluídos da Câmara, e a própria Câmara foi dissolvida por tempo indeterminado.

permitiu a redução do salário do operário italiano a um dos mais baixos da Europa. Isso tudo, claro, possibilitou o crescimento da produção e do mercado capitalista na Itália entre 1924 e 1925.

Os seguintes dados podem fornecer uma ideia do crescimento econômico:

A fundição do ferro na Itália era (em mil toneladas)		Fundição do aço	
1922	157	1922	600
1923	238	1923	1.110
1924	303	1924	1.337
1925	475	1925	1.600

Fonte: *Corriere Mercantile*, 16 de janeiro de 1926.

A produção de seda artificial obteve um desenvolvimento especial na Itália. Em março de 1925, os capitais investidos no setor constituíam 1,3 bilhão de liras e, em novembro, já alcançavam 1,604 bilhão de liras. Em escala mundial, a Itália ocupava o segundo lugar no setor. O ritmo do desenvolvimento pode ser julgado pelos seguintes dados: em 1924, toda a produção constituía 9 milhões de quilos. Em 1925, 18 milhões de quilos. Em 1926, uma única empresa, Snia Viskosa, deveria produzir 18 milhões de quilos. Na indústria química, a Itália investiu cerca de 1 bilhão de liras. A produção de energia elétrica nas estações centrais representava cifras de 1,36 milhão de cavalos-vapor (antes da guerra); em 1924, tivemos 2,8 milhões de cavalos-vapor e, em meados de 1926, 3,2 milhões de cavalos-vapor (dessa quantidade de energia, apenas 8,5% eram destinados à iluminação). O capital investido na indústria elétrica aumentou de 507 milhões de liras (1914) até 6,47 bilhões de liras em 1926¹⁶.

O significativo crescimento da produção diminuiu o desemprego e o reduziu, no início de 1926, às cifras mais insignificantes¹⁷. Esses êxitos econômicos deram a possibilidade aos líderes do fascismo de dar as declarações mais arrogantes e receber as mais honrosas recomendações de pessoas competentes, por exemplo, o representante da casa bancária Morgan, o conhecido Lamont. Um dos adidos comerciais da embaixada inglesa até declarou que “a Itália nunca foi, em sua opinião, tão florescente e feliz”. Na imprensa burguesa, por exemplo, não são poucas as correspondências possíveis de encontrar nos jornais americanos que celebram a influência regenerativa que o fascismo teve sobre a Itália. Se se acredita nesses correspondentes, então os italianos deixaram de parecer consigo mesmos: passaram

a ser trabalhadores, diligentes, decididos, disciplinados, em resumo, todas as virtudes prussianas (escusas aos antigos romanos). Refletindo acerca dos dados que esboçam o ascenso econômico da Itália, o *Information* (29 de agosto de 1926) declara: “A primeira vista, quase vem à cabeça que a ditadura tem lados bons, que no momento presente ela talvez seja a única forma de governo, em certa medida, mais capaz de superar as dificuldades criadas pela guerra e fazer retornar à Europa parte do bem-estar do qual ela gozava antes de 1915” (a seguir, esse jornal burguês francês não considera a possibilidade de tirar a conclusão, pois se questiona se “a ordem obtida nas ruas, nos campos e nas fábricas é resultado do equilíbrio social e da disciplina livremente observada ou se está baseada em violências e ameaças”).

Eis, de fato, toda a questão. No início do segundo semestre de 1926, a conjuntura tinha mudado para pior. A expansão do comércio exterior e o crescimento da produção foram afetados pela ausência de mercado e de capitais. A Itália ingressou em uma crise deflacionária cruel, a estabilização da lira denota a redução da produção e o crescimento do desemprego. Ao avaliar a situação da economia italiana no verão de 1926, o *Information* notou que “a indústria italiana, no decorrer de alguns meses, sofrerá com a ausência de capitais decorrente do crescimento excessivo de investimento de capitais, e o crescimento da produção transcendendo não apenas a economia nacional, mas também a capacidade de absorção por parte do consumidor”. O jornal indicou adiante as crescentes dificuldades de trabalho, sinais de estancamento iminente, o aumento do gasto público, que se efetiva em condições em que a pressão fiscal é levada ao máximo. A estatística do comércio exterior em meados de 1926 mostrava que o crescimento dos últimos anos não apenas havia estancado, mas dera lugar à recessão, mesmo que naquele momento ainda fosse insignificante¹⁸. Depois das declarações arrogantes dadas pelos representantes do fascismo em 1925 e no início de 1926, eles são obrigados a pronunciar um discurso com um caráter muito mais pessimista em relação às grandes privações e dificuldades que estão anunciadas para o futuro próximo. Para evitar que à Itália seja necessário comprar uma grande quantidade de pão, Mussolini lançou uma campanha pelo aumento da terra cultivada. Para que os italianos gastem menos em papel-moeda, foram introduzidas restrições em termos de viagem ao estrangeiro. Os jornais fascistas persuadiram até os modistas italianos a desistir das tradicionais viagens a Paris para encontrar modelos e criar suas próprias modas nacionais italianas...

Não se pode considerar essas dificuldades como insuperáveis e letais para o regime fascista, mas, em todo caso, o crescimento do descontamento ligado à crise econômica oculta uma boa porção dos perigos para a ditadura fascista.

¹⁶ Ver *Information*, 19 ago. 1926.

¹⁷ No fim de abril de 1926, na Itália, contava-se ao todo 98 mil desempregados (*Neue Zürcher Zeitung*, 1^o jul. 1926).

¹⁸ Ver *Neue Zürcher Zeitung*, 26 ago. 1926.

III

Tampouco Mussolini teve suas esperanças plenamente justificadas no terreno da política exterior imperialista. A esse respeito, a Itália nunca teve muita sorte. Sua única tentativa de empreitada colonial no século XIX — a tentativa de dominar a Abissínia — terminou, como se sabe, de forma bastante lamentável. No concerto europeu, a Itália nunca desempenhou um papel ativo. “Quando vejo no horizonte europeu nuvens carregadas da política exterior” — declarou o primeiro-ministro italiano [Agostino] Depretis —, “abro o guarda-chuva e espero que ela passe”. A Itália parecia para sempre condenada a ser uma potência de segunda categoria, que pode contar apenas com a rivalidade de outras potências, mas não com sua própria força. O imperialismo italiano teve, ainda, uma base econômica bastante fraca (indústria pesada) e um peso militar bastante insuficiente. A Guerra Ítalo-Turca foi fracassada, na [Primeira] Guerra Mundial a Itália não se revelou em nada. No fechamento da Paz de Versalhes, as ambições do imperialismo italiano foram rechaçadas sem cerimônia pelos seus adversários: a Itália não obteve Fiume, teve de evacuar Vlorë, foi desprovida da distribuição de mandatos.

O fascismo, cuja agitação foi 90% construída pelo fomento do sentimento de nacionalismo e chauvinismo, valeu-se, em larga medida, de todas essas “humilhações” às quais foi submetida a “grande Itália”, “herdeira da grande Roma”. Em seu pronunciamento de 21 de junho de 1921, Mussolini implementou um programa de imperialismo desenfreado, no qual tratava não apenas de Fiume, mas ainda do fato de que o cantão suíço Ticino deveria pertencer à Itália. Por sua vez (não mais que um mês antes da tomada do poder), ele escreveu no *Popolo d'Italia* que a Itália deveria lutar contra o imperialismo britânico e promover a sua destruição¹⁹. De tais declarações “irresponsáveis”, ele, evidentemente, renunciou depois da tomada do poder. Em particular, Mussolini empregou um considerável esforço para acalmar os ânimos que foram despertados na Suíça por sua declaração sobre Ticino. Também conseguiu um caminho pacífico para resolver a disputa com a Iugoslávia em torno de Fiume. Ao mesmo tempo, porém, a política exterior italiana aplicou medidas de envergadura imperialista. O governo de Mussolini desenvolveu-se ativamente em diferentes sentidos, fixando seu olhar na Ásia Menor, na África e nos Bálcãs. A revelação desnuda de seus apetites coloniais e o reforço do treinamento diplomático e militar para sua satisfação constituem o traço característico da Itália fascista e, claro, o que menos preocupa Mussolini é o fato de a expansão da Itália, que ele se prepara para implementar, não se dará em luta com o imperialismo britânico, mas, ao contrário, com o mais ativo apoio deste último.

A política externa imperialista ativa passou de mão em mão com o incremento do poder militar do país. A Itália, considerada terra de cantores e artistas, começou, para o grande desgosto dos concorrentes mais próximos, como o imperialismo francês, a converter-se em potência militar e marítima, a qual se devia considerar seriamente.

A questão da política externa foi a ponte que ligou os fascistas e os nacionalistas. O partido surgiu ainda em 1910. Fundiu-se com o fascismo apenas em 1923, já depois da tomada do poder, e era diferente do núcleo pequeno-burguês principal do fascismo em sua composição de classe, assim como em seu passado político. Os nacionalistas sempre atuaram, como partido, em íntima ligação com os interesses dos bancos e da indústria, em especial a militar. Ademais, eram próximos dos círculos do alto-comando militar. Finalmente, sempre tentaram ser amigos do Vaticano, considerando a vantagem de usar a influência mundial da Igreja católica para os interesses do imperialismo italiano.

Dessa maneira, esse partido representa uma força muito sólida em sua composição de classe e conta com políticos experientes, condições sem as quais Mussolini não poderia passar. O ideal político-social desses círculos é uma monarquia com um forte poder central, um Exército forte; o Estado, que manteria a classe trabalhadora sob controle, conduziu uma ativa política de expansão imperialista. Em contrapartida, temos, como quadros fundamentais do fascismo, elementos em sua maioria pequeno-burgueses. Um representante típico deles é, por exemplo, o *homo novus* como [Roberto] Farinacci, ex-ferroviário de Cremona, que recentemente ocupou o posto de secretário-geral do partido. Essas pessoas fizeram carreira em organizações de expedições repressivas, *pogroms*, incursões de fura-greves. Buscam apoiar o espírito “combativo” e irreconciliável do fascismo em toda sua pureza. São contra quaisquer compromissos e quaisquer “acordos”. Com isso, refletem, em parte, a insatisfação da pequena burguesia, à qual a política econômica do fascismo não deu nada de essencial, por estar dirigida à satisfação dos interesses do grande capital. Basta apontar ao menos um fato, como a abolição do decreto que proibia aumentar o aluguel residencial, que afetou muito as camadas da pequena-burguesia.

Esses sentimentos de insatisfação encontram seu canal nos fascistas extremos, expressam-se em protestos contra a “interrupção” da revolução fascista e nas tentativas de “impulsioná-la adiante”. Esses demagógicos elementos pequeno-burgueses do fascismo são especialmente fortes nas províncias onde os órgãos municipais encontram-se em suas mãos. Aterrorizando a população, esses chefes locais, que lembram os patrões estadunidenses, nem sempre veem necessidade de contar com o poder central. Ao conquistar o poder, esses políticos e demagogos do tipo de Farinacci não perdem a possibilidade de usar sua influência e sua proximidade com a classe do Estado para obtenção do lucro. A conspiração de que foi vítima o deputado socialista Matteotti foi organizada justamente pela camarilha do tipo do

¹⁹ Citado por Mannhardt, *Der Faschismus*, cit., p. 204.

ex-ministro dos assuntos internos Finzi, advogado de Filippelli, e outros, que cometeram um ato de violência justamente porque temiam que Matteotti publicasse documentos denunciando seus negócios mais sujos e as extorsões de alguns bancos. O assassinato de Matteotti, como se sabe, desencadeou a pior crise do fascismo. Por um lado, revelou a degeneração na qual ingressou a elite fascista; por outro, resultou, ao mesmo tempo, em essência, que a política fascista para amplas camadas da população, definitivamente, não deu em nada. O perigo da situação então criada para o fascismo caracteriza-se mais nitidamente pelo fato de que a mobilização da milícia, cuja ligação com o assassinato de Matteotti foi anunciada, quase fracassou: nem 20% dos milicianos fascistas responderam ao chamado, mas, ainda que tenha sido principalmente nos distritos rurais, todos foram imediatamente transferidos para Roma. Basta ler os discursos pronunciados por Mussolini naquela época para entender que a posição do fascismo estava, de fato, fortemente hesitante. Se ainda assim o fascismo resistiu e superou a crise foi porque, por um lado, a classe trabalhadora não teve força suficiente para encabeçar um movimento contra o fascismo e levar ao desenlace definitivo e, por outro, porque a oposição burguesa socialista revelou-se completamente frouxa, não tanto para derrubar o fascismo quanto para evitar os discursos revolucionários da classe trabalhadora. Em última instância, Mussolini se valeu da crise para se livrar de alguns seguidores que haviam se comprometido em demasia. O fracasso da assim chamada "sessão de Aventino" permitiu-lhe, posteriormente, separar-se da Câmara dos Deputados. Seguro de que a oposição não lhe colocava medo, Mussolini declarou que não poderia haver quaisquer acordos sobre a assim chamada normalização, ou seja, o retorno aos trilhos constitucionais; que, pelo contrário, o regime fascista continuaria se aprofundando. Da aparência exterior, era como se a intransigência (*intransigenza*) fascista tivesse triunfado. Na prática, conduziu-se a continuidade do equilíbrio entre os nacionalistas, que naquele momento ocupavam uma série dos mais importantes postos, e os camisas-negras (*squadristi*). Como ministro do Interior foi nomeado [Luigi] Federzoni, ex-líder do partido dos nacionalistas, para o qual, em seu discurso no Senado, Mussolini garantiu essa nomeação como uma certeza de que a partir de então não se cometeriam quaisquer atrocidades²⁰. O lugar de ministro da Justiça foi ocupado pelo ex-nacionalista Rocco. Rocco, junto com Federzoni, foi autor das assim chamadas leis superfascistas, que deveriam aprofundar a revolução fascista.

Em contrapartida, o posto de secretário-geral da organização fascista foi representado pelo líder dos camisas-negras extremos: Farinacci. A luta obstinada entre duas agrupações continuou. Na primavera de 1926, Farinacci sofreu uma derrota nessa luta, o que é característico nas condições em que isso ocorreu.

Por um lado, Farinacci investiu de modo demasiado brusco contra o Vaticano, em um momento em que Mussolini e a ala nacionalista dos fascistas conduziam com ele um jogo muito delicado, desejando que, depois do rei italiano, o papa de Roma se tornasse fascista. Mas aqui a coisa ficou mais difícil, e o Vaticano não estava de modo algum inclinado a se colocar à disposição do governo fascista sem obter uma série de concessões, as quais considerava essenciais e de princípio. A demanda basilar da cadeira papal consistia, como se sabe, na restauração do poder secular do papa. O pronunciamento de Farinacci contra o Vaticano foi, ainda, como se comunicou, uma das razões de sua queda; outra razão foi, novamente, a ameaça de exposição das maquinacões obscuras de alguns bancos, quando a ameaça partiu, como todos sabem muito bem, de ninguém menos que Federzoni, o ministro do Interior.

Essa luta refletiu a crescente contradição no interior da própria organização fascista. A expulsão de Farinacci foi acompanhada de uma série de discursos de seus partidários, o que levou a enfrentamentos bastante sérios nas ruas. Tal estado de coisas ameaçava a própria existência da ditadura fascista e exigia a centralização mais estrita do aparelho do Estado e da própria organização fascista. A tarefa reside em suprimir do país qualquer possibilidade de oposição e de resistência organizada contra o fascismo, enquanto, no interior do partido fascista, dever-se-ia privar os membros ordinários e as organizações locais de qualquer possibilidade de exercer pressão sobre o centro dirigente e concentrar nas mãos do próprio Mussolini o máximo de poder e de influência. Para a realização do primeiro objetivo, deveriam servir-se das assim chamadas leis superfascistas; para a realização do segundo, da adoção de um novo estatuto do partido.

IV

As assim chamadas leis superfascistas, leis de exceção sobre os sindicatos, não contém em si nada de "constitutivo". Esses métodos puramente policiais têm um caráter proibitivo e preventivo. O regime por eles estabelecido não representa nada de original, e um jornal francês colocou muito corretamente a questão: em que consiste a "ideia fascista" se essas ordens são uma repetição tal e qual daquelas introduzidas na França depois do golpe de 1851? Em que consistem essas realizações legislativas?

Em primeiro lugar, foi absolutamente formal a supressão do parlamentarismo. Foi estabelecida a responsabilidade do primeiro-ministro exclusivamente diante do rei, que o nomeia e destitui (a lei de 24 de dezembro de 1915). Além disso, extinguiu-se o governo local em todas as comunidades com população inferior a 5 mil pessoas; ademais, a lei estabelece que, se necessário, naquelas comunidades com população local inferior a 5 mil pessoas, o governo local também pode ser extinto. Os órgãos municipais eleitos são substituídos por oficiais nomeados da capital. Entre outras coisas, essa reforma tem o objetivo de frear o voluntarismo

²⁰ Federzoni se retirou em novembro de 1926, depois do quarto atentado contra Mussolini, e o próprio Mussolini assumiu seu lugar.

dos líderes fascistas locais, os assim chamados “de raça”, que frequentemente não desejam se submeter à capital. Em seguida, serão criadas leis sobre a proibição de sociedades secretas, em particular, os maçons; esta última, especialmente para agradar ao Vaticano, porque o fascismo como tal não tinha relações hostis com a maçonaria. A seguir, uma lei puramente policial sobre os imigrantes, que os privou de direitos civis, estabeleceu o confisco de seus bens. Essa lei se aplicava até mesmo a imigrantes que não tinham cometido atos ilegais. A lei sobre o funcionalismo determinava, sem qualquer cerimônia, que poderiam ser afastados do serviço aqueles que, no cumprimento de suas obrigações ou na vida privada, não estivessem de acordo com o tipo de governo. A lei sobre a imprensa dava a possibilidade de, depois de uma advertência, fechar os órgãos de imprensa e estabelecer responsabilidade material ao editor e aos tipógrafos.

Em resumo, temos diante de nós o regime do segundo império, em sua integridade e plenitude. A diferença é que, ao lado da repressão legalizada, continua a repressão mediante a arbitrariedade. Isso é o que mostra a tabela trazida pelo *Humanité*²¹. Nela, encontramos a estatística das perseguições de setembro de 1925 a setembro de 1926. Se o número de presos nesse período era de 7.058 pessoas, o de mortos era de 76 pessoas — obviamente, já em caráter não oficial. Foram realizadas 12.252 buscas, sendo que houve destruição de 131 instalações, de novo, obviamente, nos princípios da “iniciativa pública”; foram proferidas 1.668 condenações, sendo que 349 pessoas sofreram punições físicas etc. Essa tabela ilustra a atividade punitiva dos órgãos oficiais do Estado fascista e o trabalho paralelo dos bandos fascistas. Além do mais, cabe notar que aqui não estão incluídos os casos de *pogroms* e espancamentos que tiveram lugar no período da última onda de terror fascista, em novembro de 1926, depois do quarto atentado contra Mussolini. Algo de particular traz a lei sobre os sindicatos, pois aí o fascismo tenta, ao menos do ponto de vista formal, empreender alguma ideia “construtiva”. Na verdade, essa lei pode ser chamada de lei de extinção dos sindicatos. Isso foi feito pelo desejo de matar definitivamente a influência da Confederação Geral do Trabalho e das associações católicas.

Um sintoma alarmante para o fascismo foram a greve dos metalúrgicos em 1925 e a derrota que os fascistas tiveram nas eleições dos comitês de fábricas. A essência da nova lei de 3 de abril de 1926, complementada pelo decreto de 1^a de julho daquele ano, consiste em cada ramo da produção reconhecendo legalmente apenas um único sindicato. Para tanto, esses sindicatos devem, em sua composição e, sobretudo, na composição de seus órgãos diretivos, dar ao governo plena garantia no que se refere à maneira nacional de pensar. Dito de outro modo, devem ser fascistas. Os representantes e secretários dos sindicatos apoiam o governo. Para formar um sindicato, bastam 10% dos empregados em um determinado setor, mas

todos os trabalhadores restantes devem pagar a contribuição, ainda que não sejam membros desse sindicato reconhecido pelo governo. Apenas 10% das contribuições são destinadas diretamente ao Estado para as necessidades das instituições de proteção à maternidade e à infância; o restante da soma é distribuído segundo o critério do prefeito. O sindicato, dessa maneira, não tem, para dizer a verdade, direito de distribuição de seus bens. Estão completamente proibidas as organizações profissionais de militares, dos trabalhadores dos meios de comunicação e das estradas de ferro, de professores de instituições de ensino etc. No que se refere aos sindicatos não reconhecidos, podem existir apenas como organizações de fato²²; não têm o direito de fechar acordos coletivos ou fazer algum tipo de negociação com os empresários em nome de seus membros. Pelo contrário, os acordos coletivos fechados oficialmente pelos sindicatos são obrigatórios para todas as pessoas que trabalham em determinada profissão. Pela lei, são previstos o arbítrio governamental obrigatório e a proibição de greves e locautes.

Castigos especialmente severos recebem os participantes de greves políticas. Todos os conflitos entre os empresários e os operários são resolvidos pelo juizado de apelação governamental. A lei proíbe a criação de organizações profissionais mistas de empregadores e empregados. A ideia original dos fascistas fracassou em vista da resistência dos industriais, a quem a ideia pareceu perigosa. Contudo, a cúpula das organizações profissionais e a dos sindicatos patronais estão unidas nas assim chamadas corporações. O Conselho Nacional das Corporações é chefiado pelo ministro das Corporações, um posto que, naturalmente, apenas o próprio Mussolini pode preencher. O Ministério das Corporações é encarregado de implementar as leis sobre os sindicatos. É preciso dizer que os industriais aceitaram muito a contragosto a arbitragem compulsória; fizeram longa resistência a ela. Benni, representante da Federação da Indústria, declarou que “o princípio da arbitragem compulsória será o princípio do fim da indústria italiana”. Apenas sob pressão do próprio Mussolini e depois de receberem garantias de que a arbitragem não seria usada contra seus interesses, os industriais concordaram. Em geral, a política dos industriais para essa questão é absolutamente clara. Não lhes interessa, de modo algum, a existência de qualquer tipo de organização de trabalhadores. As experiências fascistas de inclusão dos sindicatos na organização do Estado despertam nos empresários um aviso de perigo legítimo de que seus interesses podem, num dado momento, sofrer com a política demagógica da cúpula fascista. A garantia, nesse caso, pode ser apenas que o centro dessa estrutura de organização fascista, intimamente ligado aos interesses dos grandes capitalistas, esteja livre de qualquer pressão por parte da periferia.

²² A Confederação Geral do Trabalho, dirigida por reformistas, tentou, no princípio, se adaptar às novas condições, existindo como uma organização “real”; em seguida, seus líderes cometeram um ato de suicídio ao declarar a autodissolução da Federação.

²¹ *Humanité*, 7 out. 1926.

Isso pudemos ver no novo estatuto do partido, publicado em 1926²³. Por isso, é necessário se deter mais detalhadamente nele. O estatuto começa com um tipo de declaração na qual se explica, em termos bastante solenes, o significado do fascismo.

“O fascismo” — diz-se ali — “é uma milícia a serviço da nação. Seu objetivo é a realização da grandeza do povo italiano. Desde seu surgimento, que esteve intimamente ligado à consciência nacional italiana e à vontade da guerra, o fascismo sempre se encarou como em estado de guerra”.

Adiante, destaca-se que o fascismo não é apenas a união dos italianos em torno de algum programa sujeito à implementação, mas é “a fé que tem em seus confesores”. A parte essencial desse símbolo de fé é o partido, cujo estatuto sustenta “as regras e a hierarquia, pois sem elas não pode haver força disciplinadora e educação do povo, que recebe a luz e a norma a partir de cima, onde há uma compreensão plena de todas as particularidades, de todas as tarefas, de todas as funções e de todos os méritos”. A estrutura dessa “hierarquia” é muito simples: tudo parte, claro, do próprio Mussolini, líder que “o povo escolheu por sua vontade, por sua vontade e por sua causa”. “Líder” não escolhido e imutável. O órgão superior do partido é o Conselho Supremo. O Conselho Supremo é encabeçado pelo “líder” e consiste em dignitários do fascismo, que entram nele *ex officio*, em particular, os ministros, os aliados dos ministros dos assuntos interiores, os senadores fascistas, o chefe da milícia fascista e seu chefe de gabinete, representantes dos sindicatos fascistas, representantes das organizações patronais, membros do Diretório Nacional e outras pessoas designadas pessoalmente pelo líder do fascismo. Essa organização, que depende inteiramente de Mussolini, designa o secretário-geral e os membros do Diretório Nacional. O programa de trabalho do Diretório Nacional é determinado pelo secretário-geral. Ao seu dispor encontra-se o secretariado, que se divide em nove departamentos²⁴; um significado de especial importância tem o departamento político, que controla toda a atividade política do partido e é o responsável direto pelas associações fascistas de professores do ensino básico, ferroviários e trabalhadores de serviços de correios e telégrafo. Finalmente, o terceiro órgão central do partido é o Conselho Nacional, composto pelos secretários da federação. Qualquer tipo de eleição em uma organização está cancelado. O secretário-geral designa os secretários das províncias; cada secretário elige um colegiado de sete pessoas e designa os secretários dos sindicatos locais. Esses secretários, por sua vez, recorrem ao colegiado. O princípio das designações se efetiva, conseqüentemente, do mais alto até o mais baixo. Não há nenhuma exceção, nenhuma ressalva.

É característico também o juramento que deve prestar qualquer fascista ingressante (artigo 27 do estatuto): “Juro cumprir incondicionalmente todas as ordens do líder e servir à causa da revolução fascista com todas as minhas forças e, se necessário, com o meu sangue”.

Em geral, o Estatuto, do princípio ao fim, está impregnado da ideia que, recentemente, por ocasião do último atentado contra Mussolini, foi expressa em cores bastante vivas em um jornal fascista. O órgão oficial fascista *Impero* (5 de novembro de 1926), ao expressar satisfação quanto ao fechamento de todos os jornais não fascistas, escreveu: “A partir desta noite, deve-se pôr fim na utopia estúpida de acordo com a qual cada um pode pensar com a própria cabeça. A Itália tem uma única cabeça, e o fascismo tem um único cérebro; estes são a cabeça e o cérebro do ‘líder’. Todas as cabeças dos traidores devem ser cortadas sem piedade”.

O Estatuto estabelece as seguintes medidas disciplinares contra os fascistas indignos: advertência, exclusão temporária e exclusão definitiva. Qualquer excluído do partido é considerado um traidor e, como diz o Estatuto, deve ser afastado da vida política. A exclusão do partido fascista implica a exclusão de todas as organizações econômicas. Para uma determinada categoria de pessoas, como advogados e jornalistas, isso tem um enorme significado, pois aqueles que não são membros de corporações oficiais dessas profissões não podem praticar ou trabalhar como colaboradores de publicações temporárias.

V

Passemos, agora, à comparação formal entre fascismo e bolchevismo, que tem sido o tema favorito de muitos pesquisadores.

Já mencionei Nitri, que até deu a seu livro o título de *Bolchevismo e fascismo*. Um dos juristas mais populares no Ocidente, Kelsen demonstra que a base do fascismo e do bolchevismo repousa sobre um único e mesmo princípio: uma minoria eleita que dita sua vontade aos demais. R. Michels também demonstra que o bolchevismo e o fascismo partem de uma raiz comum e que, “à semelhança da loba romana que alimentou Rômulo e Remo, a guerra alimentou um par de gêmeos: o bolchevismo e o fascismo”²⁵. Finalmente, o próprio Mussolini fala de “dois grandiosos experimentos do período do pós-guerra”, que supostamente demonstram que é possível governar “para além da ideologia liberal e em oposição a ela”.

Mussolini vai até um pouco além e tenta assimilar a questão da democracia de um ponto de vista que lembra um pouco nossa crítica ao democratismo formal. Em seu recente pronunciamento em Perugia (6 de outubro de 1926), protestou contra os que chamam o fascismo de tirania e de algo que exclui a democracia. Que tirania —

²³ O texto do estatuto foi publicado no jornal *Popolo d'Italia* de 12 de outubro de 1926.

²⁴ 1) Político; 2) administrativo; 3) corporações autônomas; 4) imprensa; 5) propaganda; 6) organizações de juventude; 7) organizações de mulheres; 8) associações de famílias de fascistas mortos; 9) associações de estudantes fascistas.

²⁵ R. Michels, “Asfrieg des Faschismus”, em *Archiv für Sozialwissenschaft*, v. 52, 1924, p. 64.

exclamou ele — seria essa, em que 1 milhão de pessoas se unem em torno de um partido, em que 3 milhões se unem em outras organizações a ele ligadas e em que 20 milhões aceitam que o Estado os garante e os protege. O curso do pensamento, como se vê, lembra em algo a doutrina leninista do mecanismo político de círculos de transmissão. Bem entendido que os estudiosos burgueses, em especial o campo liberal, são bastante adeptos das analogias entre fascismo e bolchevismo, mas aqui não se deduz que devemos aderir a eles. Não deixa de ser superficial, embora sejam, e talvez o sejam graças a isso, assim tão difundidas. Aqui, de novo, convém repetir que a forma é o ponto essencial do conteúdo, e disso deriva que a ditadura de classe feita para estabelecer um sistema de relações produtivas novo e superior não pode se parecer com uma ditadura de classe destinada a definir e morrer, que tenta em vão retardar esse inevitável processo. Não importa quão habilmente o fascismo imita o método da ditadura bolchevique, essa imitação não garante a identidade dos resultados. Pode-se copiar tudo o que se deseja, copiar quaisquer métodos, mas é impossível falsificar a base de classe que consiste, ainda, na essência da coisa.

Além disso, um dos autores americanos, R. Dell, abordou o aspecto puramente empírico da questão. Ele publicou em um jornal (*Current History*) um artigo sob o título “O bolchevismo italiano às avessas”. Mas, ao traçar um paralelo entre o fascismo e o bolchevismo, destaca não os pontos de semelhança, mas os pontos de diferença. Ele, claro, identifica a ditadura com a violência. Mas, ao que parece, não se pode negar que

na Rússia, a violência é cometida como um ato do Estado e tem uma forma legal, enquanto na Itália ela é empregada por uma organização irresponsável, que não pretende a legalidade de seus métodos. Os bolcheviques julgam seus inimigos respeitando a forma da lei. [...] Os fascistas não perdem tempo com tais formalidades. Se alguém trava uma luta contra o governo, então sua casa é destruída pelos fascistas com a anuência ou a cooperação ativa da polícia. [...] O assassinato se tornou um método na Itália.

Ao fazer essas comparações, o autor encerra: “Os bolcheviques são mais habilidosos que os fascistas, e o resultado é que o Estado deles será mais duradouro”.

O pensamento do autor se desenvolve em diferentes sentidos. “A Rússia não cometeu o erro que os fascistas cometeram: eles não têm, ao lado do Exército, uma milícia especial e, conseqüentemente, não enfrentam a concorrência existente entre a milícia fascista e o corpo de comando do Exército.” Em seguida, Dell encontra ainda a diferença de que os comunistas não permitem que ninguém aja por conta própria. Quanto aos seguidores de Mussolini, são demasiadamente fortes para ele. Daí o autor conclui que Mussolini “constrói sobre a arca, e os bolcheviques, na rocha”²⁶.

Todos esses argumentos também são, claro, de caráter bastante superficial. O resultado é que tudo se trata de uma técnica de Estado particular que, conosco, demonstrou-se superior. É evidente que não se trata aqui de técnica; o segredo é outro. Por que a ditadura do proletariado, sem perder sua força e sua principal essência de classe, a cada ano adquire um caráter mais organizado e estável? Por que, de formas severas e bruscas, pode passar mais e mais às suaves? Porque esse processo corresponde a nossos êxitos rumo à construção socialista, nossos êxitos no que concerne à direção das camadas médias. Os círculos de transmissão de nosso mecanismo de Estado melhoram a cada ano, e a interação entre eles fica mais completa; o vínculo indissolúvel existente entre o partido e os sindicatos e toda a classe operária, além da organização do campesinato em cooperativas e, finalmente, da massa restante do campesinato, aprofunda-se e fortalece-se. O fascismo não tem diante de si a perspectiva de tal desenvolvimento, pois ele não tem uma base histórica de classe correspondente. O fascismo destruiu as formas do Estado burguês parlamentar, mas ele teria dado algo de igual valor em troca, no sentido das perspectivas que a democracia burguesa abriu para o desenvolvimento do capitalismo? Parece-me que, se o fascismo teve êxito na Itália em realizar a tarefa de manter o poder nas mãos da burguesia melhor do que fez o Estado, adornado pelo decoro parlamentar, então o regime fascista não abriu nenhum novo horizonte. O fascismo é fruto do estágio imperialista do desenvolvimento capitalista, no qual este último manifesta traços de estagnação, parasitismo e decadência. Disso decorre que não está apto a criar as formas que proporcionariam um desenvolvimento de longo prazo.

O grande capital, em determinadas condições, vê-se obrigado a declinar dos métodos de organização democrática das massas, bem como da ajuda que lhe prestam os sociais-democratas. Mas eis que, no lugar do entorpecente social-reformista, coloca-se a demagogia fascista como meio de dominação das massas. Sem essa demagogia e sem as convulsões periódicas que provoca, o regime não pode existir. Das duas, uma: ou o capital tem de governar pelo método do engano democrático, ou tem de lidar com a fatura das despesas do fascismo, com a existência dessa organização política que não pode manter sua atividade e coesão interna a não ser atuando da maneira mais agressiva, mais irreconciliável com todos os elementos antifascistas. A demagogia e a ideologia fascista dividiram o próprio campo burguês, com os inevitáveis “custos de produção” da contrarrevolução burguesa. Para unir em uma massa íntegra, para lá de homogênea nas relações de classe, os líderes do fascismo devem inevitavelmente buscar o percurso dos meios artificiais. A ampla aplicação do método da provocação policial não é por acaso. É sabido que o atentado contra o “líder” também é resultado da provocação policial. Por um lado, o terror fascista produz uma reação natural, por outro, o medo de atentados, a tentativa de dar um aviso ao inimigo, e uma resposta a seu ataque empurra o governo para o caminho da provocação; finalmente, nesse caminho, a

²⁶ R. Dell, “Italy’s Inverted Bolshevism”, *Current History*, jan. 1926, p. 519.

provação é usada para avivar ainda mais a paixão fascista. O resultado é um quadro em que, por um lado, figuras antifascistas acabam como agentes provocadores, enquanto, por outro, são os guardas que preparam atentados. Quando isso ocorre em um fundo de dificuldades econômicas, como tratamos antes, o perigo começa a ameaçar o regime como um todo. Depois do quarto atentado, o próprio Mussolini começou a falar que o perigo ameaçava o fascismo. Antes disso, porém, destacou que a causa do fascismo é inquebrantável.

As últimas medidas do governo fascista (tenho em mente a lei de 9 de novembro de 1926 sobre a defesa do Estado) não são importantes por si mesmas. São importantes não porque estabelecem a lei da pena de morte, que efetivou a extinção completa de todas as organizações de oposição, de toda a imprensa de oposição, mas porque tudo isso vem acompanhado de uma profusão de *pogroms*, uma perseguição autodirigida que não resultou em nenhuma condenação, mas, ao contrário, foi um estímulo. Temos declarações de líderes responsáveis, como Turatti, o atual secretário-geral do partido fascista, de que “o linchamento é algo tão legal quanto a justiça comum”. Temos declarações na imprensa fascista, tais como “o linchamento representa o imperativo da salvação nacional”.

Temos o crescimento do medo e a suspeita nas próprias fileiras do partido fascista; temos conversas sobre sua limpeza, conversas sobre o fato de que os verdadeiros fascistas devem agora mirar também os membros suspeitos da organização. Temos fatos, tais quais proceder à lista de proscritos etc. Tudo isso mostra que o fascismo leva uma luta tão exacerbada que exclui a possibilidade de qualquer tipo de “normalização”.

A última questão é de tática; a questão da luta contra o fascismo.

No início da Revolução de Fevereiro, nossos liberais adoravam repetir que “o regime autocrático caiu devido à carga de seus próprios crimes”. Claro que essa é uma frase simplesmente vazia. Nenhum regime, não importa o peso de seus crimes, quão grandes eles foram, jamais caiu devido a eles. Para que caia, é preciso encontrar as forças que o empurram. E, enquanto na Itália não houver essas forças, o fascismo, apesar de todos os seus crimes, continuará existindo.

Aqui se coloca a seguinte questão: por qual possibilidade é preciso se orientar? Existe o ponto de vista de que a queda do fascismo na Itália somente é possível concomitantemente à queda do capitalismo em geral, ou seja, com o estabelecimento da ditadura do proletariado. Não é preciso dizer que esse é o caminho mais desejado de desenvolvimento, e que para tal possibilidade existem bases. Mas seria um erro colocar toda a tática e todos os nossos cálculos em apenas uma possibilidade. É preciso lembrar as palavras de Lênin, para quem “a história das revoluções é mais astuta que qualquer partido experiente e que o mais experiente político”. O desenvolvimento dos acontecimentos pode seguir de modo tal que o fascismo acabe consigo antes que a classe operária da Itália esteja madura para realizar a

revolução proletária. Essa possibilidade deve ser considerada. É preciso considerar todas as contradições internas que existem no campo burguês entre os fascistas e os antifascistas, além das contradições do próprio fascismo. Isso, mais uma vez, é uma das receitas táticas de Lênin. Ele diz (em relação à Inglaterra) que, de um ponto de vista absolutamente puro, ou seja, abstrato, imaturo, e ainda de ação política prática de massas, a diferenciação do comunismo entre Lloyd George e [Winston] Churchill e entre Lloyd George e [Arthur] Henderson é absolutamente desimportante e pequena, mas do ponto de vista da prática, do ponto de vista do partido que quer conduzir as massas na batalha, as diferenças precisam ser consideradas, já que “em sua conta, em determinado momento de maturação dos conflitos irreconciliáveis entre esses ‘amigos’, que enfraquecem e debilitam todos os ‘amigos’ tomados de conjunto, está toda a causa, toda a tarefa do comunismo”²⁷. Propor a luta contra o fascismo até o momento em que estiverem evidentes todas as prerrogativas para a tomada do poder pelo proletariado significaria, em determinadas condições, condenar-se à passividade. Deve-se considerar que os pontos fracos do regime fascista podem aparecer de repente, por alguma razão absolutamente inesperada, que até pareça pequena. O fascismo pode reduzir as dificuldades de ordem interna e as complicações externas. Mas é evidente que, quanto mais o partido comunista atuar de forma coesa, mais forte será sua organização, mais ampla será sua influência nas massas, maiores serão as chances de que a queda da ditadura fascista represente ao mesmo tempo a queda do sistema capitalista na Itália.

²⁷ Vladimir Ilirch Iênin. *Esquerdistismo, doença infantil do comunismo*, panfleto de 1920, p. 87.

Evguiéni B. Pachukanis

FASCISMO

Tradução

Paula Vaz de Almeida

Prefácio

Alysson Leandro Mascaro

